



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

PATRÍCIA AURÍLIA BRECKENFELD ALEXANDRE DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO POR ADOÇÃO: DO DESEJO QUE SE PRODUZ DISCURSO

CAMPINA GRANDE – PB

2015

PATRÍCIA AURÍLIA BRECKENFELD ALEXANDRE DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO POR ADOÇÃO: DO DESEJO QUE SE PRODUZ DISCURSO

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado ao curso de graduação em Psicologia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Bacharel e Licenciado em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jailma Belarmino Souto.

CAMPINA GRANDE - PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48f Oliveira, Patrícia Aurília Breckenfeld Alexandre de.

Filiação por adoção [manuscrito] : do desejo que se produz discurso / Patrícia Aurília Breckenfeld Alexandre de Oliveira. - 2015.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Jailma Belarmino Souto, Departamento de Psicologia".

1. Adoção. 2. Desejo. 3. Psicanálise. I. Título.

21. ed. CDD 150.195

PATRÍCIA AURÍLIA BRECKENFELD ALEXANDRE DE OLIVEIRA

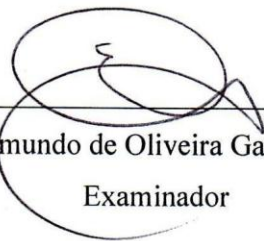
FILIAÇÃO POR ADOÇÃO: DO DESEJO QUE SE PRODUZ DISCURSO

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado ao curso de graduação em Psicologia, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Bacharel e Licenciado em Psicologia.

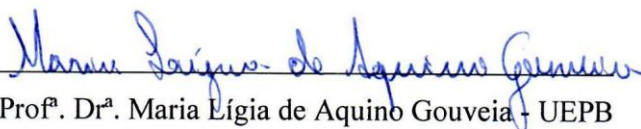
Aprovada em: 03/12/2015.



Prof.ª. Dr.ª Jailma Belarmino Souto - UEPB
Orientadora



Prof. Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio - UEPB
Examinador



Prof.ª. Dr.ª. Maria Lígia de Aquino Gouveia - UEPB
Examinadora

FILIAÇÃO POR ADOÇÃO: DO DESEJO QUE SE PRODUZ DISCURSO

“A maior riqueza do homem é sua incompletude.

Nesse ponto sou abastado. Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito. Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai. Mas eu preciso ser Outros.

Eu penso renovar o homem usando borboletas”

Manoel de Barros (1998).

OLIVEIRA, Patrícia Aurília Breckenfeld Alexandre de¹

RESUMO

A prática da adoção é instituição antiga que perpassa sobre a história da humanidade. No Brasil, é assegurada pela Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que por meio da adoção, busca resguardar e garantir o direito da criança ao bem-estar e ao convívio com a família e com a comunidade. Nessa perspectiva, o presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo, de base qualitativa, realizada com dez casais inscritos em processo de Adoção da Vara da Infância e da Juventude de Campina Grande-PB. No presente estudo, apropriou-se da perspectiva teórica da psicanálise, partindo da compreensão de que todo sujeito é adotado no desejo dos pais que o escolhe, elege e o nomeia. No decorrer do estudo, foram feitas algumas explicações sobre a história da infância, a adoção no ECA e em seguida, foi discutido sobre o desejo da mãe e a função do pai na constituição subjetiva do sujeito e ainda, sobre o desejo na adoção. Para a análise dos dados colhidos, utilizamos a análise do discurso pautado na ética da psicanálise em Freud e Lacan, visando privilegiar o significante repetido nas falas. Verificou-se que muitos significantes foram atribuídos a este desejo particular da adoção, perpassando sobre questões peculiares dos pares. Foram elucidados discursos por meio dos quais foi possível lançar discussões sobre o feminino, bem como sobre a esterilidade e infertilidade que perpassaram em alguns discursos, embora assumindo um lugar singular na história de cada sujeito e na sua relação com o par. Tendo em vista que não se buscou obter resultados passíveis de generalizações, a singularidade que permeou cada discurso é prova irrefutável de que o único fator comum a todos estes casais do estudo é que são sujeitos candidatos à adoção e submetidos às leis jurídicas.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção; Desejo; Psicanálise.

¹ Discente do curso de psicologia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.
Email: patriciabreck@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A prática da adoção acompanha a história da humanidade, ocupando diversos significados que foram se transformando de acordo com as mudanças históricas, políticas e sociais. A adoção é ilustrada no trágico mito de Sófocles, destacando-se Édipo, que foi abandonado e posteriormente adotado. Freud apropriou-se deste mito para poder formular construções da constituição humana através do enigma proposto no Complexo de Édipo e o que se encarna do feminino nessa elaboração.

A adoção também é ilustrada em algumas passagens bíblicas, como cita Rui Ribeiro de Magalhães (2000, p. 267), na passagem de Gêneses 16, em que a esposa de Abraão -Sara - diz: “Visto que o Senhor fez de mim estéril, peço-te que vás com a minha escrava. Talvez por ela, eu consiga ter filhos.” Nesta fala, é evidenciado que na impossibilidade de Sara engravidar de um filho, esta encaminha a atribuição de ser mãe à escrava junto ao seu esposo Abraão.

A adoção pode ser destacada no código de Hamurabi (1728 a.c.), considerado o primeiro texto jurídico da civilização, que conforme aponta Vieira (1994) o comprometimento deste código era de garantir a indissolubilidade das adoções, ou de intervir em casos de adoções malsucedidas.

A autora Silva (2009) aponta que na Antiguidade, a adoção de crianças atendia a razões culturais, religiosas, políticas e econômicas, buscando atender às demandas e desejos dos requerentes e não sobre os direitos fundamentais da convivência familiar à criança ou ao adolescente, que em outrora, foi violado. Na Idade Média, sobre diversas influências, dentre elas da Igreja, as crianças abandonadas puderam ser assistidas em alguns hospitais da Europa. Foi por volta do século XIII que foi instalada, na Itália, a Roda dos Expostos – sistema que se difundiu a partir dos séculos XIV e XV e se expandiu na Europa (MARCÍLIO, 1998).

Neste sentido, uma série de transformações políticas e sociais impulsionou o que somente na Idade Moderna, a partir do século XV, que a adoção de crianças encontrasse a sua aceitação e gradualmente pôde se consolidar na legislação (SILVA, 2009). No Brasil, a adoção é instituição jurídica assegurada pela Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi implantada em 1988, promulgada em 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8.069.

O ECA consolida-se como um marco na história da política de assistência à criança e ao adolescente, uma vez que provoca uma série de questões e ações a serem repensadas e efetivadas. Esta lei rompe com a perspectiva do que antes se realizava - atender aos interesses e demandas dos adotantes. Ao ocorrer esta inversão, passa a ser priorizado o melhor

interessada criança e do adolescente. A adoção, neste sentido, apresenta-se como uma possibilidade de assegurar tais direitos, dentre eles, do convívio com a família e com a comunidade.

A partir do exposto, apropriando-se do que define Pereira (2007) sobre a adoção, este afirma que: “adoção é, pois, o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim” (p. 392). Na perspectiva psicanalítica, esta versará sobre a adoção, além do campo jurídico, comotambém um modo de filiação singular e simbólica por meio do desejo que possa nomear um filho.

Neste encontro entre a psicanálise e o judiciário, é pertinente elucidar que na teoria psicanalítica, é em nome do desejo, é no lugar de uma falta que surge a criança, seja esta adotiva ou biológica. O desejo assume lugar central, uma vez que é em nome do desejo que uma criança ou adolescente pode tornar-se filho(a) destes ou daqueles pais. O que conta nesta relação de filiação é a transmissão do enigma do desejo “quem sou eu no desejo dos meus pais”. *Che voy?* Questiona-se o sujeito, buscando “significar, além de seus ditos, através de suas contradições, seus silêncios, seus hiatos ou seus equívocos, tudo o que ela não diz, mas dá a entender aos seus ouvidos atentos...” (SOLER, 2005, p. 95).

Assim, neste presente estudo, apropria-se da perspectiva teórica da psicanálise, que parte da compreensão de que todo sujeito necessita ser adotado no desejo dos pais que o escolhe, elege e o nomeia. Trata-se de uma pesquisa de campo, de base qualitativa, realizada com dez casais inscritos em processo de Adoção da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Campina Grande-PB. A pesquisa foi realizada em local de melhor acesso a cada casal entrevistado, como em sua residência, no local de trabalho ou na mencionada Vara, por meio de entrevistas gravadas em áudio digital.

No decorrer deste estudo serão feitas explanações sobre a construção histórica dos direitos da criança e do adolescente até a promulgação do Estatuto que versa sobre os direitos resguardados a este público, bem como breves apontamentos sobre as diretrizes da adoção. Em seguida, por ser um trabalho que se pautará na psicanálise, tratar-se-á sobre o desejo da mãe e a função do pai na constituição subjetiva do sujeito e ainda, sobre o desejo na adoção.

Como já exposto, analisaremos os discursos à luz da psicanálise em Freud e Lacan, buscando escutar para além dos ditos, destacar os significantes e as repetições presentes nas falas, a fim de provocar levantamentos e discussões sobre o que mobiliza estes pares ao processo da adoção. Busca-se lançar bases para discussões e possíveis (in)conclusões, priorizando a singularidade que marca cada sujeito, assim, não objetivando generalizar

resultados, tendo em vista que, conforme aponta Couto (2010) “o inconsciente não se presta a experimentos positivistas” (p. 76).

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Infância e adolescência: um direito construído

A definição da palavra “infância”, oriunda do latim *infantra*, significa incapacidade de falar. Considerando a etimologia da palavra infância, percebe-se inicialmente a ausência de um sentimento próximo ao da contemporaneidade, quando da definição de uma das mais significativas fases da vida humana, hoje tão terna. A definição caracterizada pela “ausência da fala”, o *enfant* (criança), demonstra a princípio, conforme aponta o historiador francês Philippe Ariès (1981), que as idades da vida constituíam uma forma de conceber a biologia humana, mas não somente isso; denuncia também a ausência de uma valorização e reconhecimento da criança no contexto social, que começa a se modificar a partir do século XII, em passos ainda lentos ao longo dos anos.

Ariès (1981) se debruçou sobre os estudos da infância a partir da iconografia do período medieval à modernidade. Seus estudos são marco sobre a origem do sentimento de infância e suas representações na Europa Ocidental, e em particular na França. Ariès apresenta o desconhecimento da infância na Idade Média até o século XII, em face da sua não representação na arte então produzida. A representação da criança, retratada em pinturas desde o século XI até final do século XIII, demonstra que a criança era então vista como um ‘adulto em miniatura’, cuja representação do corpo carregava traços de adultos, sem a expressão dos traços típicos da infância, atualmente reconhecidos. “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 1981, p. 61).

Outra consideração importante sobre a visão de infância, ao longo dos séculos, diz respeito, segundo a discussão apontada por Ariès, ao elevado número da taxa de mortalidade, o que punha em questão o desapego ou mesmo o sentimento de desvalorização da perda de muitas crianças. Estes sentimentos, expressos na ausência da representação iconográfica da criança viva ou morta, denunciavam que a infância era uma fase sem importância e que não merecia ser lembrada, mesmo diante de sua morte precoce. Neste ponto, vale destacar que “o

sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte” (ARIÈS, 1981, p. 56).

Neste período, as crianças morriam em grandes números por diversos fatores, como por falta de higiene e saúde. Às crianças não eram destinados o afeto e cuidados, tal como se vê na atual conjuntura social. Poder-se-ia falar de uma indiferença em relação às crianças da época. Esse desinteresse é ilustrado nas pinturas da época, em que retratavam imagens de uma nudez de crianças com musculatura abdominal e peitoral de um adulto, ou seja, eram apenas figuras de pessoas pequenas com corpo de adultos. Nesta época, as crianças são representadas com maior frequência, no entanto, nem sempre são caracterizadas por algo além de seu tamanho.

“...embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados, uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma de criança também era imortal” (Ariès, 1981, p.61).

Nos séculos XV e XVI a criança se tornou uma das personagens mais frequentes das pinturas anedóticas, mostrando a criança com a sua família, com seus companheiros de jogos, na multidão (mas ressaltada no colo de sua mãe, ou brincando) e em várias outras situações cotidianas daquela época. No século XVI, o aparecimento do retrato da criança morta marcou um momento muito importante na história dos sentimentos. Inicialmente, ela aparecia sobre o túmulo de seus pais, e ainda no fim deste século há registros de que foram construídos quadros e túmulos com efígies de crianças isoladas (ARIÈS, 1981).

Outra representação da criança desconhecida da Idade Média é o *putto*, a criancinha nua, que surgiu no fim do século XVI. O *putto* surgiu nas pinturas religiosas, nas imagens de anjos, do menino Jesus e de crianças sagradas. A nudez da criança, a partir de então, começa a ser parte da etnografia. Ela é apresentada completamente nua ou vestida com trajes que não cobrem toda a nudez e a deixa intencionalmente transparecer. Evidentemente, o gosto pela nudez da criança estava ligado ao gosto pela nudez clássica, que pode ser vista em várias pinturas antigas. Para o autor supracitado, no século XVII ocorreu uma inversão na representação sobre a criança, que “de um infanticídio secretamente admitido, passou-se a um respeito cada vez mais exigente pela vida da criança” (ARIÈS, 1978, p. 18).

A partir do exposto, é possível compreender que a concepção de infância faz parte de uma construção histórica, permeada por um sentimento advindo de determinada realidade histórico-social. Refletindo sobre tal realidade, alguns trabalhos foram desenvolvidos com o

intuito de compreender o espaço ocupado pela infância ao longo dos séculos, e apesar das críticas à tese defendida por Ariès, em se tratando das suas conclusões sobre a ausência de um sentimento da infância até o século XII, parece haver um consenso entre os historiadores sobre a ocupação de um lugar de inferioridade da criança com relação ao adulto, um lugar aparentemente anônimo, relegado ao estigma da incapacidade e incompletude.

Tais exigências e criações de sucessivas representações sobre a criança refletiram sobre novas configurações políticas e sociais em proteção à criança, que pode ser ilustrado no Brasil no final do século XIX para o século XX, na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atual estatuto que rege as diretrizes de leis sobre a proteção da criança e do adolescente, a história da infância no Brasil foi permeada por muitas situações de abandono e violência, que só após muitos anos de lutas e mudanças políticas é que se pôde enxergar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e de necessidades de proteção (POLETTI, 2012).

Compreende-se que muitas fases demarcaram a história da assistência à criança e ao adolescente no Brasil, conforme demarca a autora Marcílio (1998), desde a fase caritativa, passando pela filantrópica, pelo Bem Estar do Menor até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A fase caritativa que predominou no Brasil colonial até meados do século XIX, constituiu-se de grandes situações de negligência infantil na cidade de São Paulo, retratado por Mesgravis (1976) da seguinte maneira:

Até 1824 eram as crianças indesejáveis expostas nas portas das casas particulares, nos lugares públicos como igrejas e ruas, ou atiradas em monturos de lixo! O lugar preferido pelas mães ou parteiras eram as casas dos parentes e até dos seus próprios pais, ou de particulares conhecidos pela sua caridade. Muitas vezes, as crianças recolhidas pelos avós eram batizadas e criadas na qualidade de "afilhados" (p. 178-179).

Silva (2011) pontua que “a prostituição, miséria, a condição precária das mulheres, a falta de trabalho, o abandono dos homens, todos esses fatores reunidos favoreciam o aumento do número de enjeitados” (p. 968). Tais calamidades sociais, onde podiam ver-se facilmente corpos de crianças espalhados pelas ruas ou até mesmo devorados pelos animais, causavam imensa revolta. O autor Venâncio (1999) acrescenta que “a visão de corpos de recém-nascidos dilacerados chocava a todos [...]. A descoberta a cada manhã de frágeis

corpinhos mutilados, que serviam de pasto a cães e outros bichos, tornou-se sinônimo de barbárie” (p. 24).

Em face de tais barbáries cometidas, do infanticídio predominante neste período, em 1825 foi criada a Santa Casa de Misericórdia pela Igreja, conforme expõe Marcílio (1998, p. 156):

Depois de muita luta, criou-se a Roda de Expostos. Após a aquisição da Chácara dos Ingleses, no largo da Rua da Glória, em 2 de setembro de 1825, ali se instalaram o Hospital de Caridade e a Roda dos Expostos. Apesar de possuir prédio próprio, suas instalações eram acanhadas e não muito satisfatórias. A Roda ficava em uma janela do andar térreo do casarão. No mesmo ano, duas instituições complementares à assistência da Roda foram criadas: o Seminário da Glória, para meninas, e o de Santana, para meninos. Eram os seminários, escolas internas destinadas aos filhos de militares pobres e aos expostos da Misericórdia, que, ao deixarem a Santa Casa, depois dos sete anos, ali permaneciam até a maioridade ou até “tomar estado”.

O autor Silva (2011, p. 974) expõe que “discussões, debates e críticas nas últimas décadas do séc. XIX feitas às instituições eclesiásticas de amparo às crianças expostas provocaram a ascensão do pensamento filantrópico.” Assim, “A filantropia surgia [...], para substituir o modelo da caridade. [...] atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais [...]” (MARCILIO, 1997, p. 78).

A fase da filantropia, como aponta Leite e Silva (2010), foi permeado por um contexto de muitas transformações no Brasil, como o fim da escravidão, a industrialização, a urbanização e a participação da mulher na sociedade. Essas mudanças provocaram possíveis mobilizações e exigências da sociedade sobre melhorias na situação das crianças.

Foi ainda na fase filantrópica, em torno de 1927 que foi criada a primeira iniciativa em proteção específica do Estado à infância e adolescência -o primeiro Código de Menores. O Código de Menores permeou legislação que vigorou no Brasil de 1927 a 1990. A questão da atenção ao menor abandonado é alvo da sociedade, que faz com que seja criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para avaliar as denúncias de violências contra os menores. A partir de tais problemáticas, é feita uma reelaboração do Código de Menores de 1927, inserindo uma visão mais terapêutica e/ou tratamento relativo ao infrator (POLETTI, 2012).

Em sua segunda versão, no novo código de Menores (lei 6697 de 10/10/1979), as crianças e jovens tidos como em perigo, como por exemplo, “abandonado carente, infrator, apresentando conduta antissocial, deficiência ou doente, ocioso, perambulante, eram passíveis [...] de serem enviados às instituições de recolhimento” (ARANTES, 1999, p. 258). Conforme expõe Moraes (2009), o Código de Menores atuava no sentido de reprimir, corrigir e integrar os supostos desviantes de instituições como FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar

do Menor), FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) e FEEM (Fundação Estadual de Educação ao Menor).

Nessa perspectiva, em face da inoperância e insuficiência das ações em proteção da criança e do adolescente, da insatisfação da sociedade frente a tais situações emergenciais, foi iniciado uma articulação que mais adiante resultou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA dispõe sobre as diretrizes de proteção integral à vida da criança e do adolescente, que em seus artigos 3º e 4º, resguarda o direito de garantia à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Neste sentido, a criança e o adolescente passam a ocupar o lugar de sujeitos de direitos, sujeitos da sua história, e de que a sua liberdade e potencialidades sejam respeitadas, independentemente da classe social.

A adoção, por sua vez, adentra este campo para viabilizar que o direito da criança ao bem-estar e ao convívio com a família e com a comunidade seja resguardado e garantido. Por adoção, entende-se, segundo o art. 41, o ato de atribuir a condição de filho ao adotado, sendo que este gozará dos mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

O ECA estabelece a adoção enquanto medida excepcional e irrevogável. Podem candidatar-se à adoção, homens e mulheres, não importando o seu estado civil, desde que sejam maiores de 18 anos de idade, que sejam 16 anos mais velhos do que o adotado e que ofereçam um ambiente familiar propício à criança e ao adolescente. Assim, pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas podem adotar, sendo impossibilitada a adoção para avós e irmão do adotando (BRASIL, 1990).

De acordo com o art. 45, § 1º do ECA, serão postos em adoção todas as crianças e adolescentes cujos pais biológicos ou representante legal concordem com a medida, ou se os pais estiverem destituídos do poder familiar, ou ainda se estiverem falecidos. No entanto, só será efetivamente deferida a adoção, sempre que manifestar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos (BRASIL, 1990).

2.2 Adoção e Psicanálise

A psicanálise evidencia que o lugar da criança no mito familiar é único e singular. A adoção, por sua vez, perpassa sobre a construção fantasmática de toda criança em algum

momento de sua vida. Ao tecer algumas discussões sobre a adoção para a psicanálise, faz-se necessário algumas contribuições teóricas sobre o lugar da criança no desejo da mãe e a função paterna enquanto lei necessária à constituição subjetiva do sujeito no campo da neurose.

2.2.1A criança e o desejo materno

No Seminário 5 “As formações do inconsciente”, Lacan (1957-1958/1999) se debruçará sobre o Complexo de Édipo e a função do Pai em sua incidência entre a mãe e a criança. Será a partir da operação simbólica ou não, que o sujeito se ordenará, segundo a relação psicose, neurose ou perversão. Lacan, em sua primeira clínica, a clínica estrutural, ao fazer uma releitura do complexo de Édipo, criado por Freud, propõe três tempos lógicos para assinalar a posição da criança diante do enigma sobre o real do seu ser.

Para apresentar a relação da criança com a mãe, o mencionado autor dirá que a criança revela inicialmente uma dependência da primeira simbolização da mãe. Através dessa simbolização primária, a criança desvincula a sua dependência efetiva do desejo materno e alguma coisa se institui, sendo subjetivada num nível primitivo, que consiste em instaurar a mãe como aquele primordial que não é necessariamente a mãe biológica.

Lacan descreve que num momento inicial, a criança se coloca na posição de falo imaginário, pois o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é o objeto de desejo da mãe, o falo. É nesta operação imaginária, na tríade – mãe, falo e criança – que marca o primeiro tempo do Édipo.

No segundo tempo, o pai intervém sobre o desejo da mãe, privando-a do falo. A chave do Édipo encontra-se nesta estreita relação, desse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas de um Outro, o pai em sua função. “O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai” (1957-1958/1999, p. 199).

Já no terceiro tempo, o pai tem e dá, intervém como real e potente. Ele pode dar à mãe o que ela deseja. “Aqui intervém, portanto, a existência da potência no sentido genital da palavra – digamos que o pai é um pai potente. Por causa disso, a relação da mãe com o pai torna a passar para o plano real” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 200).

Partindo destes pressupostos, Lacan enfatiza uma questão peculiar sobre o desejo da mãe que incide sobre o sujeito. Dirá que no desejo da criança, a mãe é essencial. O que deseja o sujeito? O supracitado autor dirá que não se trata da simples apetência das atenções, do

contato ou da presença da mãe, mas trata-se “da apetência de seu desejo. A partir dessa primeira simbolização em que se afirma o desejo da criança, esboçam-se todas as complicações posteriores da simbolização, na medida em que seu desejo é o desejo do desejo da mãe” (1957-1958/1999, p. 188).

Essa primeira simbolização abre, para a criança, a dimensão do que a mãe pode desejar de diferente. O desejo de Outra coisa faz sua incidência de modo não tão claro, mas de modo concreto.

Esse algo mais, que é preciso que exista, é exatamente a existência, por trás dela, de toda a ordem simbólica de que ela depende, e a qual, como está sempre mais ou menos presente, permite um certo acesso ao objeto de seu desejo, o qual já é um objeto tão específico, tão marcado pela necessidade instaurada pelo sistema simbólico, que é absolutamente impensável de outra maneira quanto a sua prevalência. Esse objeto chama-se *falo* (LACAN, 1957-1958/1999, p. 189).

Na articulação do sujeito ao falo, Lacan expõe que “a relação do filho com o falo se estabelece na medida em que o falo é o objeto de desejo da mãe” (1957-1958/1999, p. 190). Em seu seminário 4 “A relação de objeto”, Lacan (1956-1957/1995) já elucidou o falo enquanto significante do desejo para o sujeito. Nesta perspectiva, o Pai assume uma função nodal nessa relação do sujeito ao atravessar o Complexo de Édipo, uma vez que priva a mãe do objeto de seu desejo, a saber, o objeto fálico. Em sua compreensão, o desejo do Outro, que é o desejo da mãe, comporta um para-além que se faz necessária mediação da lei simbólica.

Como aponta Drummond (2005), a mãe é para o filho uma certeza; e a tarefa da criança será de restaurar o pai, fazer dele uma versão para seguir crescendo nele. “O que a criança buscará é conciliar o gozo feminino que sobrepassa à mãe e a falta do pai em responder a esse gozo que sobrepassa” (p. 111, tradução nossa). Lacan (1957-1958/1999) pontua que esta configuração é nodal. “Nesse nível, a questão que se coloca é entre ser ou não ser, *to be or not to be* o falo. No plano imaginário, trata-se de ser ou não ser o falo. Fase a ser atravessada coloca o sujeito na situação de escolher” (p. 192).

Sobre este lugar do sujeito frente às demandas dos que o desejaram, da criança, enquanto sujeito, é de onde provém a demanda, aquele onde se forma o desejo, e toda a análise é uma dialética do desejo. Inicialmente a criança se coloca como assujeito daquela de quem depende a princípio - a mãe. A criança é assujeitada aos caprichos de quem assume tal função de prover as suas necessidades mais fundamentais, como a de sede e fome. Ela torna-se assujeitada a um capricho articulado (LACAN, 1957-1958/1999).

E a mensagem do pai endereçada ao desejo da mãe sobre o sujeito não é simplesmente, “não te deitarás com tua mãe”, mas um “não reintegrarás teu produto”, que é

endereçado à mãe (LACAN, 1957-1958/1999, p. 209). Então, para o mencionado autor, na medida em que o objeto do desejo da mãe é tocado pela proibição paterna, o círculo não se fecha completamente em torno da criança e ela não se torna puro objeto da mãe, uma vez que não é a mãe que ela deseja, mas seu desejo.

A partir do exposto, a adoção torna-se fundamental ser discutida nesta dialética do desejo. Conforme aponta Zuliani (2005), a questão da adoção se situa dentro deste marco e não pode compreender-se sem referência aos eixos do desejo.

2.2.2 O desejo na adoção

Freud em “Romances Familiares” (1909 [1908]/1996) nos diz que a adoção faz parte da construção dos romances familiares de todas as crianças em algum momento de sua vida. Nesta obra, aborda as interfaces dessa “ficção” – sua origem, desenvolvimento e objetivos – a partir do seu envolvimento na clínica. Em sua compreensão, a função dos pais assume lugar primordial, uma vez que constituem para a criança, a fonte de todos os conhecimentos, sendo crucial para o seu desenvolvimento. Este romance familiar diz respeito à família da criança e aos interrogantes aos quais ela se questiona, sobre a sua existência, origem e sexualidade. Como aponta Fryd (2005), tal obra nos ensina que a ideia de filho adotivo é uma novela familiar que reafirma o sonho para todo sujeito neurótico de ter pais mais dignos, à altura de seus sonhos ideais.

Nesta difícil questão para a criança, ela toma a sua família através de um romance. “A novela familiar é a construção que a criança faz frente aos impasses que a própria estrutura lhe impõe” (DRUMMOND, 2005, p. 111, tradução nossa). Assim, é através da ficção que a criança cria uma versão imaginária do que a une aos seus pais.

Pode-se pensar que o fenômeno da adoção se constrói em uma ficção imaginária, sobre uma novela familiar tal como Freud assinala na sua obra acima mencionada, uma vez que “ser adotado”, “ser abandonado”, são significantes e construções imaginárias que se inscrevem e podem deixar suas marcas no sujeito.

Mas adiante, Lacan (1984/1987) utiliza a expressão “complexo familiar” em sua obra “Os complexos familiares na formação do indivíduo”. O autor aborda esta dinâmica familiar, compreendendo-a como grupo humano que desempenha um papel primordial na transmissão da cultura, estabelecendo, entre as gerações, uma continuidade psíquica, cuja causalidade é de ordem mental. Lacan aponta, por exemplo, no caso da adoção, para um domínio das

instâncias culturais sobre as naturais, uma vez que o sentimento de paternidade se deve aos postulados espirituais que marcaram seu desenvolvimento.

Segundo Fernandes (2004), “a família, para a psicanálise, seria [...] o palco onde se desenrola o percurso que vai do mito à estrutura” (p. 319). É o desejo do Outro que inscreverá a criança em sua “indizível e estúpida existência” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 555), por meio da linguagem, há uma possibilidade do vir-a-ser de um sujeito desejante, que se apropria da fala e constrói o seu lugar no mundo dos falantes.

Tal como não há garantias para o sujeito, seja este gerado biologicamente, tal como não se pode ter garantias para o sujeito advindo pela via da adoção, uma vez que como aponta Hamad (2002), na filiação adotiva o que dá laço familiar é um valor simbólico, e não biológico. “Na verdade, para a psicanálise, tanto faz se o sujeito é geneticamente filho de seus pais: o que conta é sua inscrição num desejo que não seja anônimo” (MOURA, 2013, p. 392).

É sobre este desejo que se funda e constrói o lugar do sujeito em sua existência. Sobre a concepção de família abordada pelos autores Abeles et al (2005), em seu dispositivo de trabalho com a instituição da adoção, estes a compreendem como uma estrutura que se funda por uma decisão de cada um dos que desejam a adoção – “suporta tanto a transmissão do desejo e da lei, como o gozo enigmático que os une.” Isto incide sobre o efeito que provoca o encontro com o enigma que se apresenta na forma de uma criança a qual não se tem desde a origem. “É o modo com que a castração do gozo se apresenta, no impossível da satisfação completa e absoluta” (p. 67, tradução nossa).

É sobre este gozo enigmático, através dos ditos e não-ditos, na obscuridade de um segredo, que perpassa a trama familiar. Lacan (1969/1998), em “Duas notas sobre a criança”, dirigidas a Jenny Aubry, aponta que o sintoma da criança é capaz de responder pelo que há de sintomático na estrutura familiar, e pode representar a verdade do par familiar. Atrelado a tal afirmação, é pertinente citar o que Drummond (2007) propõe, ao afirmar que:

A criança recebe e sofre a língua da família que ela tem. O que buscamos é tomar os ditos e os não-ditos que determinaram o sujeito, os momentos em que ele teve um encontro com o real do gozo hétero e o que ele foi como objeto de desejo para o outro. O modo como os pais desejaram uma criança passa pela aprendizagem que essa faz da língua, e o sintoma pode revelar como, para cada um, se amarraram língua e corpo (p. 04).

Sobre os impasses da construção de uma trama familiar ao sujeito adotado, Drummond (2005) afirma que a construção da novela familiar para os filhos adotivos se dá por meio de um caminho mais complexo. A partir da sua experiência na clínica com crianças adotivas,

esta sinaliza que é um eixo verificável que a criança se pergunta sempre pelo desejo da mãe, e que a sua questão não incide sobre o ato da adoção. Esta pergunta pela “mãe verdadeira” coloca tais crianças em uma situação de “filhos de duas mães” (p. 112, tradução nossa). Desta forma, a autora afirma que no caso de crianças adotivas, a mãe não é uma certeza e isso as coloca mais confrontadas com a questão da feminilidade da mãe, transcorrendo mais além de sua maternidade, parecendo se tornar mais árduo um direcionamento ao pai.

Drummond (2005) ainda alerta que a adoção pode não ser necessariamente feita por um matrimônio, “pois muitas vezes o desejo de adoção de uma mulher não passa pelo desejo de ter um filho, e o sujeito pode encontrar maneiras de dar consistência à relação sexual que não existe, que dispensa o pai” (2005, p. 113, tradução nossa).

Compreende-se que para a psicanálise, o feminino assume suas especificidades em relação ao masculino. Sabe-se que o sujeito - homem e mulher - assume uma posição em sua existência marcada por uma falta. Porém, no feminino, Lacan (1972-1973/1985) afirma que a mulher é marcada por outra falta: a falta de um significante de seu sexo. “Assim, se por um lado a mulher situa-se na lógica fálica como sujeito, por outro escapa à mesma por sair da lógica edípica, sendo marcada por um “menos” (Moura, 2013, p. 396). Eis porque a mulher é não-toda. “Não é porque ela é não-toda na função fálica que ela deixa de estar nela de todo. Ela não está lá não de todo. Ela está lá a toda. Mas há algo a mais” (LACAN, 1972-1973/1985, p. 100).

Partindo de tal compreensão, é ponto nodal nesta discussão sobre o instituto da adoção, a posição da mãe e a intervenção do pai nesta relação, uma vez que, como atenta Fryd (2005), pode ocorrer de o filho adotivo advir não no lugar do filho sonhado e idealizado, mas pode vir para suprir a falta da mulher. Para suprir esta falta-a-ser inerente à sua condição de existência.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Foi seduzido pelas manifestações enigmáticas das históricas da sociedade Vienense, que Freud dedicou grande parte da sua vida às investigações sobre as neuroses, por meio da escuta aguçada ao inconsciente que se desvelava. Foi a partir da fala, que Freud inaugurou a psicanálise em sua singular maneira de escutar o sujeito do inconsciente. Foi através da experiência clínica, nos estudos de casos, que ele pôde construir o arcabouço teórico da

psicanálise e aponta que “um dos méritos que a psicanálise reivindica para si é o fato de nela coincidirem pesquisa e tratamento” (FREUD, 1912/2010, p. 153).

Alonso (1998) aponta que Freud, ao introduzir o conceito de inconsciente, coloca a fala em outro lugar, uma vez que quando alguém fala, acaba por dizer mais do que aquilo que se propunha. “No alicerce de toda palavra, é a pulsão que insiste. Aquela que não fala, mas que é evocada pela palavra e que, levada pela compulsão à repetição, procura satisfazer-se” (ALONSO, 1998, p. 21).

Como apontam Calazans et al Serpa (2010, p. 89) “a psicanálise é uma clínica” e como tal, é a partir de um saber questionado que se pode chegar a um impasse a partir do caso único. O seu campo de pesquisa não se dissocia da clínica, uma vez que é este o eixo de ação do psicanalista. Construir a pesquisa em psicanálise é assumir um lugar de escuta à palavra quando esta vier, nas passagens subjetivas e seus movimentos. Portanto, neste eixo de pesquisa, não há exatidão, mas sim, manifestações singulares que se fazem presentes na cadeia de significantes que se repetem, nos ditos e não ditos que se desvelam.

Assim, o presente estudo é resultado de uma pesquisa de campo analisada à luz dos pressupostos teóricos e éticos da psicanálise em Freud e Lacan. Objetivou o acesso às questões subjetivas presentes nos discursos dos casais inscritos em processo de adoção na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Campina Grande-PB, que estando ciente do projeto, possibilitou o acesso aos casais inscritos, por meio de entrevistas que foram gravadas em áudio digital, posteriormente transcritas e submetidas à análise.

São nas Varas da Infância e da Juventude onde, especificamente, são realizados os processos judiciais de adoção, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê uma série de exigências para o deferimento deste processo. A pesquisa foi realizada em local de melhor acesso a cada casal entrevistado, como em sua residência, no local de trabalho ou na mencionada Vara.

Participaram da pesquisa dez casais inscritos em processo de adoção, que concordaram em conceder a entrevista através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os casais foram selecionados por critérios de conveniência e acessibilidade, também levando em consideração a rotatividade do serviço. O número de entrevistados também se justifica pelo fato de que, por ser um estudo qualitativo, não se busca obter resultados quantitativos ou passíveis de generalizações, mas busca priorizar a singularidade do sujeito em suas manifestações inconscientes.

4 DOS DISCURSOS (DES)VELADOS: POSSÍVEIS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Alguns dados sobre os casais entrevistados podem ser destacados: participaram da presente pesquisa dez casais, sendo 50% homens e 50% mulheres, com idades que variaram dos trinta e dois aos cinquenta e um anos. Quanto ao grau de escolaridade dos participantes entrevistados, 70% cursaram o superior completo, 20% cursaram o ensino médio completo e 10% cursaram o fundamental incompleto. Aliado a estes dados que ilustram o perfil dos entrevistados, segue a análise dos dados discursivos.

4.1.Expectativas e significantes atribuídos à adoção

4.1.1. Entendimento sobre a adoção

Há muitos questionamentos e interrogantes que permeiam sobre o estatuto da adoção. Trata-se de um modo de filiação que, como afirma Fryd (2005) suscita a curiosidade e, com ela, os fantasmas e as paixões. Adotar uma criança e/ou adolescente é se expor a esta curiosidade e interrogantes, bem como mostrar um modo diferente de gozar da paternidade (FRYD apud BRUNIM, 2005).

Nos discursos dos casais postulantes à adoção, muitos elementos foram suscitados a partir do questionamento sobre o que compreendem da adoção. Na singularidade que permeia cada discurso, muitos significantes atribuídos a este desejo de uma filiação particular. No discurso abaixo transcrito, a adoção se coloca como um “*algo a mais*”. Um além que não encontra uma resposta ou uma nomeação. Sabrina afirma:

Uma adoção pra mim é como um sentimento assim que eu acho que é um divino, é algo, eu acho que é algo mais...Eu não sei nem as palavras que eu possa explicar, não sei se dá pra entender, né? É algo assim de você querer se doar mais, é algo a mais, entendeu? (Sabrina, 50 anos).

O significante “*amor*” foi algo repetitivo em alguns dos discursos. A adoção sendo compreendida enquanto um gesto de doação, amor e entrega, atrelado à responsabilidade e dever junto a uma criança.

É pertinente discutir alguns aspectos que surgiram nas falas. Para Suênia (46 anos), surge a questão sobre a história da criança a ser adotada, sobre a sua origem, diz: “*que a gente sabe que já vem de uma história que a gente também não tem conhecimento.*” Fryd (2005)

alerta para um aspecto relevante pelo qual podemos discutir que a adoção é um salto na família e um ponto crucial à paternidade; e que depende do saber fazer dos pais para lidar com este significativo.

Fryd (2005) acrescenta que “a incógnita de que a criança traz como parte hereditária disposicional pode transformar o adotando em uma caixa negra que enfrenta os pais com o difícil desvelamento de seu fantasma” (p. 23, tradução nossa). Ela pontua que esta incógnita é um lugar propício para imaginarizar certezas e poder deixar congeladas as crianças na própria fantasmática. Neste sentido, pode ser um ponto fixo o qual não permita a criança deslizar e construir a sua história singular, ressignificando a perda da família biológica e reescrevendo a ficção de sua origem, a partir dos novos laços afetivos gerados na atual família.

Para Rodrigo (36 anos), a adoção se coloca como a possibilidade da construção de uma família, *“um homem quer ser pai e uma criança que precisa de um pai, se consegue afetivamente com que se crie esse vínculo pelo desejo de se construir uma família.”* Para Edson (50 anos), a adoção advém do *“desejo de estender”* a família. Em Célia (49 anos), a adoção também remete ao desejo, um desejo particular de exercer a paternidade, pois para ela: *“é você ter aquele desejo de ser mãe ou de ser pai, né? E como você não consegue pelo meio natural, você sente aquele desejo de adotar uma criança pra você ser pai ou ser mãe.”*

Sobre o desejo na psicanálise, Fryd (2005) aponta que o que se pode dizer sobre a adoção, é que ela se trata do desejo. Do desejo que fez nascer um sujeito, do desejo dos pais adotivos que o fizeram filho. As coordenadas de um projeto simbólico de adoção perpassam sobre o desejo que convoca os pais ao enigma da paternidade.

No discurso de Jardel (34 anos), sobre a compreensão que tem da palavra adoção, este afirma: *“eu acho que é isso aí, você criar uma criança como seu filho, independente dela ser ou não filho de sangue.”* A partir desta fala, podemos mencionar sobre o que aponta Hamad (2002) ao enfatizar que na adoção, o que dá laço é um valor simbólico e não biológico. Portanto, esta singular forma de filiação perpassa sobre um desejo singular de quem aposta nesta instituição jurídica para exercer a paternidade.

A disponibilidade para a adoção no discurso de Inês esteve atrelada à questão da repetição familiar. No discurso que segue:

No meu caso, eu tenho dois irmãos adotivos. E a gente compreende que é uma forma de você ajudar uma criança, não só uma maneira de você satisfazer a sua vontade de ser mãe ou de ser pai. Porque a minha mãe quando teve a vontade de pegar essas duas crianças pra cuidar, na verdade, ela já tinha dez. E ela adotou essas crianças como forma de ajudar mesmo, pois essas crianças precisavam de ajuda. No nosso caso, é a mesma coisa e um pouco mais, que a gente quer ter mais

filhos e deseja ter realmente mais filhos. E a gente já têm dois, dois rapazes. E a gente quer assim, amar mais uma criança (Inês, 38 anos).

Há um aspecto o qual Fryd (2005) atenta, que na família conjugal, o que se pode estabelecer pela transmissão do nome é, entre outras coisas, a possibilidade de poder diferenciar as gerações. A eleição ou não de um nome deixa sua marca, que é o que se pode ver na criança. É sobre esta transmissão que se pode assegurar a reprodução da vida e a transmissão subjetiva a uma criança. Neste sentido, a relação com um desejo que não seja anônimo, segue sendo o ponto central quando se decide adotar. A questão se coloca sobre em quelugar pode vir a criança desejada por Inês, tendo por nuance: o simples desejo de “ajudar” a uma criança.

No discurso de Paula que segue abaixo, esta pontua o desejo de adotar relacionado a uma “incompletude” e a de “dar uma chance a uma criança.” Alguns pontos elucidados em sua fala são pertinentes a serem destacados:

Eu entendo que a adoção seria ter um filho, né? Que não fosse simplesmente biológico, mas que fosse um outro filho. Dar chance a outra criança que não tem um lar e que realmente precisa de uma família. É, eu na verdade, eu nunca pensei em ser mãe, mas depois que você casa, você começa a pensar, aí chega um ponto no casamento em que você diz: - é insuficiente! Eu estava me sentindo assim, insuficiente. Insuficiência, né? acho que duas pessoas pra mim não bastava mais. Chega um ponto em que você precisa avançar. É como se há uma outra etapa, um outro estágio no casamento, e aí eu comecei a pensar, a querer ter filhos, e na impossibilidade deter filhos, aí pensamos, fomos pensando e começou a pensar na adoção (Paula, 32 anos).

Tal discurso corrobora com o que Lacan (1972-1973/1982) postulou sobre a inexistência da relação sexual. Dirá que “o significante não é feito para as relações sexuais. Desde que o ser humano é falante, está ferrado, acabou-se essa coisa perfeita, harmoniosa da copulação” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 31). O gozo pleno advindo da mãe, ao ser interdito pelo pai, instaura uma falta e constante incompletude as quais o sujeito viverá em busca de sanar. Esta incompletude, na mulher, porta um para além e sem limites. A incompletude de Paula, no dito “insuficiência” no seu matrimônio, desliza para o desejo de ter um filho, em “dar uma chance a outra criança que não tem um lar e que precisa de uma família.” Em sua fala, o desejo pela adoção surge da falta de algo, é uma falta da falta. A que lugar uma criança vem ocupar no desejo de Paula?

Sobre esta discussão, Werner (2002) alerta que a adoção de uma criança vai de encontro a uma rede articulada de significações pertencentes a uma história de vida que vinha sendo construída muito anteriormente aos pais encontrarem a criança que desejariam adotar.

Pode-se, sob uma determinada justificativa, um casal decidir adotar uma criança. Para a autora, a justificativa de fazer um bem, por exemplo, pode se traduzir no ato de uma adoção; e lança o questionamento: adota-se em nome de um trabalho filantrópico?

4.1.2. O que impulsionou o casal para o ato da adoção?

Como aponta Drummond (2007), o discurso da psicanálise busca fazer emergir o desejo que produziu uma criança. Escutar os ditos enunciados pelos pais candidatos à adoção é escutar o lugar o qual estes futuros pais almejam que a criança esperada venha a ocupar. A partir do que expõe a autora supracitada, faz-se necessário discutir, através dos discursos apresentados pelos participantes, sobre o que os impulsionaram ao processo de adoção.

Justamente isso, a necessidade de aumentar a nossa família. Já que ela não tem a possibilidade de ter um filho biológico, e a gente quer aumentar a nossa família. Porque só duas pessoas numa casa [...] Agora, tá tudo bem, né? Mas futuramente vai. Mais pra frente a gente vai: “Cadê um filho...?” “Faz isso pra mim, faz aquilo” (risos) (José, 43 anos).

Em José, é pertinente um questionamento sobre a função do filho para este. Ao falar: “Porque só duas pessoas numa casa [...] Agora, tá tudo bem, né? Mas futuramente vai. Mais pra frente a gente vai: - Cadê um filho...?- Faz isso pra mim, faz aquilo! (risos).” O filho parece vir suprir uma necessidade individual de José, possibilitando pensar sobre as suas questões e anseios de envelhecer sozinho, em outras palavras, cuidar para ser recompensado na velhice quando necessitar ser cuidado. Ainda assim, mesmo que objetive um cuidador para a velhice, ele fala da falta, quando afirma: “só duas pessoas numa casa”, revela a esperança de um complemento para as duas pessoas que não são suficientes.

Mesmo antes da gente se casar, a gente já falava na possibilidade da adoção. E isso veio mais motivado depois das duas gestações que foram um pouco complicadas nela e a gente resolveu não ter mais filhos biologicamente, naturalmente, por conta das complicações da gravidez dela. Isso já faz dez anos. Dez fazem que nós tivemos o nosso filho mais novo, mas já faz oito agora que eu fiz o processo de vasectomia e depois, com condições melhores, mais estruturados, a gente resolveu (Carlos, 42 anos).

Eu não posso engravidar, e a gente sente essa necessidade né, de construir, constituir uma família. Eu tenho um irmão adotivo e ele tem dois sobrinhos, então na nossa família, já tem casos de adoção, né? E o amor é o mesmo, porque a gente nem lembra. Esse irmão mesmo que a minha mãe adotou, a gente nem lembra que ele foi adotado (Maria, 44 anos).

O que levou foi que nós queríamos constituir a nossa família. A gente não teve como ter filho, pelo menos até o momento, biológico, e a gente conversou e viu essa possibilidade da gente adotar. Foi aí que a gente procurou a Vara da Infância e fez todo aquele processo de cadastro (Joana, 43 anos).

É, além dessa nossa vontade de constituir a nossa família, nós já tínhamos conversado que se, a gente não tivesse nenhum filho biológico, a gente já pensava numa adoção, de ter um filho adotado em casa. Então, já que ia ter um momento de... Já que a gente não teve essa possibilidade de ter o nosso filho biológico, a gente antecipou a isso, e foi feito o Cadastro Nacional (Fábio, 52 anos).

A gente já tá junto vai fazer 15 anos e a gente sempre falou em adotar, sempre conversamos sobre isso, mesmo sem saber se poderíamos ou não termos um filho naturalmente, então a gente sempre falou em adoção. E então, de certa forma, isso sempre esteve presente na nossa vida [...] Então, já que estamos há tanto tempo juntos, já que não aconteceu da gente ser...ter um filho naturalmente logo, fomos procurar os meios legais para a adoção (Paula, 38 anos).

Como ela falou, a gente sempre quis mesmo. A gente não conseguiu ter um filho, mas também fizemos vários exames, nada foi comprovado, nem ela nem em mim, né? E mesmo assim a gente quer adotar, independente do biológico vir ou não, então sempre foi uma vontade nossa, entendeu? E também acho que isso diz um pouco das nossas histórias de vida, isso também acho que traz dentro da gente, né? Eu tive um pai que não era um pai biológico, né? Ela também tem uma experiência parecida, a gente tem essa coisa de ter afetividade não necessariamente com pessoas biologicamente constituídas. Então a gente já traz isso, tanto eu quanto ela (Renato, 36 anos).

A princípio, o meu esposo não queria, mas depois, e eu sempre quis. Porque a mulher, naturalmente eu acho que ela tem o desejo de ser mãe, desde criança a gente brinca de boneca, vai gerando aquela expectativa de ser mãe um dia, e eu trabalho com crianças e era o meu anseio, mas por motivos de saúde, eu não posso ter filhos naturais. Então, essa primeira premissa de que partiu essa decisão de adotar, é isso de que eu não posso ter filhos naturais e não é só isso, eu quero adotar pra poder proporcionar pra criança um lar feliz, uma vida feliz, eu não tô pensando só em mim, mas é claro que eu também quero me realizar como mãe (Samara, 45 anos).

Você vê que a família começa com duas pessoas, o pai e a mãe, o homem e a mulher, aí depois você pensa: “Vamos agora dar continuidade a isso” e você pensa em filhos. E a partir do momento que você identifica, que você descobre que existe um impedimento ali, primeiro você para pra pensar, pra meditar naquilo. Quando a minha esposa identificou que ela não poderia gerar, ter filho de forma biológica, e ela começou a falar em adoção, pra mim soou um negócio meio estranho, sabe? A princípio foi meio estranho, alguém que foi gerado em outra família, em outra mentalidade, educação, costumes e culturas diferentes, pra mim foi estranho, mas isso foi amadurecendo dentro de mim, foi se construindo esse desejo de ter uma família, mesmo que esse outro elemento viesse de fora (Fausto, 50 anos).

Como apontado em alguns dos discursos acima transcritos, a decisão de adotar uma criança e/ou adolescente esteve relacionada à impossibilidade da gestação, seja pela infertilidade e/ou esterilidade de algum dos cônjuges.

Para Carlos, os riscos de saúde por uma possível gestação da sua parceira e, o fato de já ter feito o processo de vasectomia, os levaram a esta decisão da adoção. No entanto, *“mesmo antes da gente se casar, a gente já falava na possibilidade da adoção.”* Desta maneira, convém pontuar que algo anterior à união do casal pode já tê-los perpassado sobre o desejo da adoção.

Em Maria, é falado sobre a sua impossibilidade de gerar uma criança, associado ao desejo de sentir a necessidade de formar uma família. *“Eu não posso engravidar, e a gente sente essa necessidade, né? De construir, constituir uma família.”* Para Joana e Fábio, esta impossibilidade também surge, *“a gente não teve como ter filho, pelo menos até o momento, biológico, e a gente conversou e viu essa possibilidade da gente adotar.”* Nas palavras *“pelo menos até o momento”*, parece que algo de um desejo de Joana insiste ainda numa possível gestação biológica.

Para Paula e Renato, o enigma do biológico se evidencia. Diz Renato: *“a gente não conseguiu ter um filho, mas também fizemos vários exames, nada foi comprovado, nem nela nem em mim, né? E mesmo assim a gente quer adotar, independente do biológico vir ou não. Então, sempre foi uma vontade nossa, entendeu?”* Mesmo diante das buscas de respostas do par sobre a impossibilidade de poderem gerar uma criança, estes buscam através da adoção poderem tornar-se pais.

Nesta parceria sintomática, as histórias de ambos se inter cruzam, afirmou Renato que: *“eu tive um pai que não era um pai biológico, né? Ela também tem uma experiência parecida, a gente tem essa coisa de ter afetividade não necessariamente com pessoas biologicamente constituídas. Então a gente já traz isso, tanto eu quanto ela.”* Através desta fala, podemos remetê-la a algo de uma repetição e transmissão familiar que permeiam na vida deste par. É pertinente fazer uma alusão ao que expõe Paes e Rudge (2011) de que:

“A partir de Freud, podemos entender que estamos sempre sujeitados à cadeia genealógica que nos precede, tanto como membros da “família humana” – como seres de linguagem que somos – quanto pertencentes a uma organização familiar específica que reveste o mistério de nossas origens e que acaba por dar contorno às construções fantasmáticas de nossas teorias sexuais infantis. No que diz respeito à história familiar, é entre falas, olhares e silêncios que nos tornamos sujeitos, logo, o que foi transmitido, consciente ou inconscientemente pelas gerações que nos procederam, irá constituir o eu através do processo de identificação.”

Para Samara e Fausto, a esterilidade também permeia a história do casal. Sobre essa questão, Fryd (2005, p. 22, tradução nossa) aponta que:

Quando entre o par aparece a esterilidade como uma possibilidade de algum dos cônjuges, esta pode chegar a ser uma temática que completa e obtura todo encontro entre eles: ‘ser ou não ser mãe’, ‘ser ou não ser pai’, e impede a aparição de toda pergunta, com a particularidade de que se mobiliza de um lado para responder ao significante ‘mulher’, quando o único significante é ‘mãe’, e do outro, do homem, para responder a pergunta do que é um pai. A criança, não serão as explicações biológicas, nem os elementos de sua história o que poderá dar resposta, mas sim de encontrar o modo de operar sobre aquilo que não tem resposta: a paternidade. O que se questiona é o desejo que o fez nascer.

Outro aspecto pertinente que surgiu na fala de Samara foi a questão do luto frente à impossibilidade da maternidade, a questão sobre a feminilidade - dois aspectos que estão entrelaçados, levando em consideração a trama do complexo de Édipo desenvolvido por Freud. Como disse Samara, *“a princípio, o meu esposo não queria, mas eu sempre quis. Porque a mulher, naturalmente eu acho que ela tem o desejo de ser mãe, desde criança a gente brinca de boneca, vai gerando aquela expectativa de ser mãe um dia [...] mas por motivos de saúde, eu não posso ter filhos naturais.”*

Em “A dissolução do Complexo de Édipo”, Freud (1924/2011) compreende a gravidez como o momento fálico da mulher, uma vez que a menina tem o desejo inicial de ter um bebê filho do próprio pai, que seria uma busca de compensação pela renúncia ao pênis. Esta trama a qual a menina vivencia, tem as suas consequências e desempenho sobre o papel da mãe num momento posterior de sua vida. Na gravidez, Freud compreende que a mulher sente-se a detentora daquilo que lhe foi retirado um dia - o falo. Assim, a mulher vive às voltas com a sua incompletude e falta inerente. A ela lhe falta o falo.

Neste sentido, na psicanálise, como afirma Fryd (2005), do lado dos pais todo nascimento mobiliza a mãe. As funções entre a mãe e o pai se diferenciam. A mãe como poder de resposta, transmite o grito, o chamado, introduz o vazio de sua ausência por sua presença-ausência; é o desejo da mãe. A função paterna é aquela que introduz os significantes que nomeiam o desejo da mãe. A função paterna surge como função simbólica que interdita o desejo avassalador da mãe. Seguindo nesta perspectiva, Paula afirma:

No início, no início: eu disse não. Eu quero um filho meu. Porque esse é um trabalho dolorido, né? Você se desapegar daquilo, da maternidade. Você abrir mão, ver assim que eu não posso, então você tem que abrir mão da maternidade pra adotar uma criança, então eu não queria abrir mão da maternidade. Aí, quando foi esse ano...Porque a gente vem conversando, crescendo. Eu o disse: vamos adotar. A gente sabe que não é esse ano, não é pra agora, não é pra amanhã, mas a gente sabe que um dia pode chegar uma criança, então a gente vai. Então, inicialmente eu não queria, mas depois a gente vai amadurecendo a ideia, e eu vi que era uma possibilidade da gente ter uma família maior. De crescer, de se completar. Eu acho que chega um ponto que fica faltando alguma coisa e você precisa de um complemento e eu acho que isso é o ponto em que eu cheguei (Paula, 32 anos).

Em Paula, é pontuada a questão da falta e incompletude novamente. Como aponta Fryd (2005), todo nascimento, toda adoção enfrentará a mãe com o ponto de sua falta, assim como a divisão entre ser mãe e ser mulher. A mãe adotiva pode fazer da esterilidade a sua falta e ali aparecerão as versões de seu fantasma, que pode atrapalhar a seu filho. A adoção se torna um lugar privilegiado para identificar a criança na fantasmática materna, que a criança pode separar-se disso, dependendo da função paterna. O que pode acontecer é que aquela mulher que não pode ser mãe biológica pode pôr ali a sua falta, sua incompletude.

Para Paula, foi necessário o luto da maternidade, questão que remetia à sua falta enquanto sujeito situado no campo do feminino. Isto corrobora com o que destaca Hamad (2002), ao apontar que diferente da concepção de um filho biológico, a adoção passa pelo luto da transmissão genética, onde os pais vivem a angústia de abrir mão de que o filho seja reflexo e perpetuação da própria imagem de cada um deles.

Ainda é pertinente destacar que, como mencionado em grande parte dos discursos dos casais, o desejo da adoção estava permeado em suas histórias anteriores à união do casal. Assim, o desejo pela adoção como fruto da parceria sintomática do par parental.

Nem lembro direito, porque mesmo antes da gente se casar, a gente já falava na possibilidade da adoção. E isso veio mais motivado depois das duas gestações que foram um pouco complicadas e a gente resolveu não ter mais filhos biologicamente, naturalmente, por conta das complicações da gravidez dela. Não houve nenhum embate ou nenhum momento assim, eu quero ou não quero. Não houve (Carlos, 42 anos).

Foi uma coisa de bem comum acordo. Na verdade, o assunto surgiu naturalmente. Que a gente ainda era namorados. Depois a gente noivou e a gente já falava sobre o assunto de filhos, foi quando a gente já começou a falar sobre filhos que a gente ia querer ter, de toda essa situação de estrutura, de educação, de como é que a gente ia reagir, e foi daí que começou o assunto. Eu também não lembro de como foi. Eu sei que a gente falou sobre a questão da adoção (Inês, 38 anos).

4.2. A iniciativa do desejo para a adoção

Previamente ao buscar o Judiciário para poder iniciar um processo de adoção, há toda uma construção anterior à decisão do par em adotar uma criança e/ou adolescente. Neste sentido, faz-se necessário escutar nos ditos dos casais, como se deu tal decisão, se houve a iniciativa de uma das partes do cônjuge, e se houve, como foi a reação da outra parte?

Constatou-se que, dentre os casais entrevistados houve casos em que a iniciativa da adoção surgiu de um desejo inicial da mulher; outros em face do desejo inicial do homem,

ainda, aqueles casais que relataram que a iniciativa partiu de uma decisão comum entre ambos. Alguns destaques foram suscitados nestes discursos. Seguem alguns ditos que ilustram o que foi constatado, conforme já mencionado:

*Foi minha. Foi minha porque já era um sonho meu, como te falei, né? Eu tentei, tentei, aí partiu de mim a adoção. Aí conversei com o meu filho, aí ele quis mais ainda, ainda por último eu conversei com ele. Tem que ser os três, né? Tem que concordar todos, aí ele já disse: por mim tudo bem. É porque eu sou mais emotiva, entendesse? Ele é mais na razão. Porque o sentimento dele, ele é mais assim, eu sou mais assim, eu mostro mais, eu sou mais. Como eu disse, ofegante, mais emotiva, **mais...Mãe(ênfase)**, eu acho que é mãe, eu acho que já é um sentimento de mãe por essa criança. A gente coloca no face (facebook), eu e o meu filho, a foto que nem existe da criança. Uma menininha. A gente olhava no facebook e botava uma menininha assim na frente: “Ai que lindo” e ficava. Ela já tem nome e tudo. Entende? Abraçar mesmo e pegar aquele ser e dar tudo que ela precisar e ainda mais, entendeu? Eu falo mais pelo sentimento, que eu sou assim mesmo(Sabrina, 50 anos).*

Sabrina relata que o desejo surgiu de um sonho seu e que posteriormente, “por último”, conversou com o seu esposo. No relato, são apresentadas questões que se podem discutir acerca do desejo materno e seus possíveis riscos à criança idealizada pela postulante. Sabrina deseja “*dar tudo o que ela precisar e ainda mais.*” Há um para além, um excesso já investido na criança que já tem nome e sobrenome. Destaca-se que durante a entrevista realizada pelo casal, foi notório que a referida, em grande parte do tempo transcorrido da entrevista, insistia em falar, e por muitas vezes interrompia a fala do Pai, não dando a este espaço para um posicionamento.

Vale salientar que a função do pai simbólico - enquanto lei que interdita - tem para a psicanálise uma função primordial sobre a criança, para que ela não seja imersa no fantasma materno, caindo no risco da psicose. Em função disso, é pertinente pensar o lugar ao qual a criança idealizada por Sabrina vem responder diante desta parceria sintomática. Um pai que nada diz e uma mãe que tudo deseja ofertar, um sem limites que se presentifica. Diante do exposto, algumas questões foram suscitadas: A criança viria para cumprir qual função no desejo da mãe? E este pai, em que lugar diante da mãe e da criança esperada se localiza? Estas questões ultrapassam os limites deste trabalho, portanto, não nos propomos a respondê-las, apenas destacá-las.

No discurso docasal Paula e Jerson, conforme relatado abaixo, há um estranhamento sobre a questão de quem teve a iniciativa para a adoção. Já para José, este pontua que a decisão se sucedeu conjuntamente com a sua parceira:

Entrevistadora: De quem partiu a iniciativa para adoção? Se houve a iniciativa de algumas das partes, como foi a reação?

Acho que foi ele(Paula, 32 anos).

Sim, mas em virtude de eu ver a vontade dela de ter filhos. Porque como eu disse, não era a minha intenção, não era minha essa vontade, era mais dela. Então eu disse: a melhor possibilidade, a possibilidade seria da adoção já que você faz tanta questão de um filho. Como eu lhe disse, eu nunca fui aquele cara que morresse porque não tivesse filhos. E também teve a questão que ela engravidou esse ano e já perdeu, aí já foi mais um trauma ainda, né? Ai eu disse, não, uma possibilidade seria partir pra adoção (Jerson, 50 anos).

Os dois. A gente conversou, e de repente decidimos. Vamos? Vamos. Também não teve assim muito o que pensar, não. Na hora, - nós: vamos? Vamos - E na mesma semana já viemos fazer o cadastro. Vai ser o útil ao agradável. Ela vai preencher, completar a gente, e a gente vai completar essa criança, se Deus quiser (José, 49 anos).

Nesta parceria sintomática - Paula e Jerson - percebe-se que há um estranhamento sobre o desejo que nomeie um filho, pois ao que parece, trata-se de um desejo anônimo, entrelaçado a um trauma das gestações fracassadas de Paula, uma vez que, conforme constatado pelo casal, houve mais de uma gestação sem êxito. Já na fala de José – em que a adoção se deu em face da impossibilidade da gestação da esposa também, este denota a adoção enquanto uma possibilidade de unir “o útil ao agradável.” Sobre essa problemática, Garavelli (2005) alerta que em entrevistas que se faz com futuros pais adotivos, é relevante aclararem aos mesmos sobre as mobilizações que os levam a adotar. Devem dar-se conta que as suas mobilizações podem estar muito ligadas “à frustração, à reivindicação ou o simples apelo de fazer bem ao outro, que podem acarretar riscos enormes para o seu próprio futuro e o da criança” (p.36, tradução nossa).

Outro aspecto importante que surgiu neste ponto sobre a iniciativa do desejo pela adoção, corrobora com o que Freud em “Romances Familiares” (1909 [1908]/1996) nos diz sobre a construção da trama familiar que todo sujeito faz sobre o real do seu ser. Joelma afirma que:

A gente não sabe se a gente vai ser bom pai, né? Boa mãe. Mas a gente imagina o melhor. Dar uma boa escola, uma boa educação, e como a gente assim, é dessa área acadêmica, então a gente gosta. Quando eu comecei a estudar, os meus pais não tinham assim, maturidade pra me orientar. Pra dizer assim, “Ah J., porque você...” Nunca me orientaram, tudo o que eu fiz, as decisões que eu tomei, todas foram minhas. O meu pai não tinha condições de me orientar, porque ele não estudou, a minha mãe também estudou muito pouco. Então, eu penso assim que a gente que estudou e tal, em formação, eu penso que a gente tem assim, condições né? Eu acho que a gente vai saber assim, orientar. Porque às vezes, orientação é muito importante na vida, né? (Joelma, 32 anos).

Pensando sobre este romance familiar que perpassa sobre a vida de todo sujeito, poderias pensar, que em Joelmahá algo de uma tentativa de assumir e construir uma história diferente da que viveu. Há o desejo de adotar uma criança e o ideal de poder ser uma mãe mais digna esuperior à que ela teve. Sobre tal apontamento, é pertinente pensar sobre a função do par parental para a psicanálise, que evidencia um lugar que se constrói cotidianamente no Um a Um. Não se trata de aprender a ser pais, mas (re)inventar uma função.

4.3. Expectativas de perfil desejado

A escolha do perfil da criança e/ou adolescente desejado atravessa o estatuto da adoção, que perpassa pelo desejo do par parental frente a possibilidade do(a) filho(a) idealizado. A partir dos discursos elaborados pelos casais, percebeu-se que em alguns fragmentos nos discursos construídos por um dos pares, revelaram-se significantes transgeracionais. Por trás do desejo de adotar uma criança e/ou adolescente com determinadas características, algo da história familiar do par parental revelou-se por meio do discurso.

Entrevistadora: Qual o perfil de criança e/ou adolescente idealizado por vocês?

S: O que eu desejo é assim, 3 anos...3 anos e meio. Uma corzinha parda ou branca, mas não é preconceito, uma cor puxada mais pra cor dele, porque o meu filho saiu mais pra mim. Eu gostaria que fosse mais da cor dele, da corzinha dele. Uma menina.Entendeu? Pronto. Pra mim tá ótimo essa criança (Sabrina, 50 anos).

Não sei se você entendeu. A questão da idade e da cor parda é mais por identificação(Régis, 50 anos).

Bem, nisso a gente até diverge um pouco, porque pra ele tanto faz uma menina ou um menino. Mas eu queria um menino, sempre quis um menino. Acho que esse é o nosso único ponto divergente, porque pra ele tanto faz menino ou menina, mas eu sempre quis um menino. Então desde pequena que eu tenho esse nome, que eu quero ter um filho com esse nome. Eu sempre quis ter um bebê com esse nome. Desde pequena que eu digo, eu vou ter um filho e ele vai se chamar Marcos Daniel. Isso vem comigo já. Eu sempre quis (Pâmela, 38 anos).

Eu já comecei sabendo, ela contando, há quinze anos atrás que o nome do menino era Marcos Daniel (Renato, 36 anos).

No discurso de Sabrinafoi elucidado o desejo e tentativa de perpassar a herança genética do par parental ao filho(a) idealizado e,possivelmenteadotado, por meio da escolha da cor da pele da criança. Sabrina afirma que queria uma criança com: “*uma corzinha parda*

ou branca, uma cor puxada mais pra cor dele, porque o meu filho saiu mais pra mim...” Neste aspecto, revela-se o quão há uma necessidade e demanda desse par em perpetuar a sua herança genética. Mesmo diante da impossibilidade desta passagem genética, há uma tentativa de fazê-la existir por meio da escolha do perfil da criança desejada. Eis porque a adoção se dá pela via simbólica, uma vez que os sujeitos candidatos à adoção precisam construir e inventar um modo de se haver com o luto da herança genética.

Por trás do desejo de adotar uma criança e/ou adolescente com determinadas características, algo da história familiar do par parental escandiu-se, revelou-se por meio do discurso. No relato de Pâmela: *“desde pequena que eu digo, eu vou ter um filho e ele vai se chamar Marcos Daniel. Isso vem comigo já...”* É possível pensar e discutir sobre o lugar que *“Marcos Daniel”* já ocupa no desejo desta.

“Marcos Daniel” antes mesmo de vir, antes mesmo de ser adotado pelo par, já é nomeado por significantes que lhe são atribuídos. Como aponta Lacan (1966/1998), nascemos em um mundo de discurso, um discurso ou linguagem que antecede o nosso próprio nascimento e que perpetuará após a nossa morte. Em seu seminário *“A relação de objeto”*, Lacan (1956-1957/1995, p. 192) nos diz que: *“desde a origem a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras.”*

4.4. O que esperam da adoção

Neste último ponto, sobre o que esperam da adoção, surgiram discursos em que alguns sujeitos relataram a questão do tempo e morosidade da concretização da adoção; as expectativas de serem pais e mães e suas implicações; e a felicidade almejada com a chegada da criança desejada. Ainda surgiram relatos que evidenciaram o espaço de escuta o qual esta pesquisa pôde ter ofertado.

Eu espero que seja concluso o mais rápido possível. Pra gente, eu espero o melhor pra essa criança, que seja feliz conosco, que se realize profissionalmente, a gente vai dar o melhor pra ele (Fábio, 52 anos).

Esperamos que nós recebamos essa criança, que ela será muito amada, muito feliz [...] Eu creio que a adoção é uma porta pra gente ser muito feliz. Quando decidimos adotar, a gente se prepara, a gente decide, o filho é eleito. Ele é escolhido. Há toda uma preparação, um planejamento, uma estrutura [...] Então realmente, nós escolhemos ser pais e mães. Não sei se vamos ser nota 10, mas eu vou fazer o possível, eu vou me esforçar pra ser uma mãe e ele também um pai nota 10. Mas

assim, estamos decididos a fazer isso. Eu creio que vai ser muito bom. (Samara, 45 anos).

É, a gente sabe que quando se adota, muda completamente, como por exemplo, nós que não temos filhos, somos eu e ela, com certeza a rotina vai ser totalmente mudada com a vinda da criança, mas nós estamos com essas expectativas de que mude mesmo, que a gente saia dessa mesmice, dessa rotina só de casal. E a gente tá nessa expectativa, que haja realmente essas mudanças. A gente quer que haja essa mudança, que essa criança cause essa mudança. Com certeza vai ser pra melhor, mesmo a gente sabendo das responsabilidades, das nossas obrigações, mas vai ser muito bom (Fausto, 50 anos).

O que eu espero? Eu espero ter um filho. Como se fosse um filho normal (Jardel, 34 anos).

Ter um filho. Ter um filho que seja a nossa extensão, a nossa família (Pâmela, 38 anos).

Com todas as coisas boas e ruins, problemas que exigem ter um filho, do mesmo jeito. Criar, amar, ser amado, viver essa relação pai e filho, mãe e filho, então é isso. Realizar esse sonho de ser pai, de ser mãe, que a gente possa viver como uma família qualquer, normal. Que possa passar pela experiência de ser pai, dela ser mãe (Renato, 36 anos).

Eu espero ser feliz e espero que ele seja feliz com a gente. Com todo o pacote completo que isso implica na educação dos pais, pais exigentes, pais carinhosos, filhos trabalhosos, filhos carinhosos, com tudo que isso implica que a vida traz. A vida não é fácil, criar filhos não é fácil, ser família não é fácil. Ter família é muito difícil, mas é muito compensador também. É muito bom ser família também (Paula, 32 anos).

Eu espero e tenho certeza que é uma bênção de Deus. E espero também que, como é uma bênção de Deus, eu espero realizar o nosso sonho e educar, sempre criar no caminho do Senhor. Educar, aprendendo as coisas boas do caminho de Deus. Entendeu? O que eu espero, é isso. Eu espero coisas maravilhosas. Momentos difíceis podem surgir, porque nós somos seres humanos nessa terra, mas nós trabalhando com Deus, Deus nos prepara para seguir, para saber repassar (Josinaldo, 43 anos)

Entrevistadora: Muito Obrigada. Desejam falar algo a mais...?

Eu fiquei muito feliz com a entrevista. Bom porque assim, você explorou coisas que eu não havia falado ainda. Você arrancou aquelas palavras de dentro da gente que a gente tinha vontade de expor (Josinaldo, 43).

Ao que parece, esta pesquisa ousou seus limites e pôde se tornar um espaço de fala para estes casais postulantes à adoção. Muitas expectativas e idealizações foram expressas por estes sujeitos que apostam na construção de uma família possível por meio da adoção, enquanto uma instituição jurídica que possibilita a adoção simbólica no desejo de cada um. Como explicitado na fala de Josinaldo: “*eu fiquei muito feliz com a entrevista. Bom porque*

assim, você explorou coisas que eu não havia falado ainda. Você arrancou aquelas palavras de dentro da gente que a gente tinha vontade de expor.” Compreende-se que a pesquisa teve os seus efeitos para ele, e que ao lhe ser ofertado o espaço para fala, este pôde falar de coisas que antes não havia falado ou até mesmo, nomeado.

Para Samara, a adoção se coloca como uma possibilidade de ser feliz, diz ela: *“eu creio que a adoção é uma porta pra gente ser muito feliz.”* A partir desta fala, podemos recordar sobre o que Freud pontua em sua obra “O mal-estar na Civilização”, de que a intenção e finalidade da vida humana é buscar a felicidade. Mais adiante, Freud aponta para algumas saídas ao sujeito na busca pela felicidade alcançada, eis que entre essas buscas, situa o amor:

Estou falando, claro, daquela orientação de vida que tem o amor como centro, que espera toda satisfação do amar e ser amado. Essa atitude psíquica é familiar a todos nós; uma das formas de manifestação do amor, o amor sexual, nos proporcionou a mais forte experiência de uma sensação de prazer avassaladora, dando-nos assim o modelo para nossa busca de felicidade. Nada mais natural do que insistirmos em procurá-la no mesmo caminho em que a encontramos primeiro. Nunca estamos mais desprotegidos ante o sofrimento do que quando amamos, nunca mais desamparadamente infelizes do que quando perdemos o objeto amado ou seu amor (1930, p. 39).

É sobre este lugar do sujeito em sua existência, como ser faltoso e insatisfeito por condição de que Freud fala. O sujeito é impelido a um sistema de ser feliz; imposto pelo princípio do prazer irrealizável. No entanto, *“não somos capazes de abandonar os esforços para de alguma maneira tornar menos distante a sua realização”* (1930, p. 40). Poderíamos situar que a felicidade idealizada com a chegada de um filho para Samara perpassa sobre a questão do amor? Ainda, podemos mencionar um trecho da fala de Célia (49 anos) sobre o que espera da adoção: *“[...] é uma troca, a gente vai dar, e a gente vai receber também.”* Poderíamos situar a paternidade enquanto uma tentativa de alcançar a felicidade almejada, para esta? Lacan no Seminário “Mais Ainda” (1972-1973), pergunta-se acerca *“do que se trata então o amor?”* *“O amor, será que é fazer um só?”* (p. 13); mais adiante ele expõe que: *“o que vem em suplência à relação sexual, é precisamente o amor.”* Na definição de amor para Lacan *“(...) é dar aquilo que não se tem”*(p.51).

É justamente pela tentativa de fazer existir a relação sexual, que o amor advém enquanto uma possibilidade de busca de uma perfeita completude. A partir do exposto, não nos propondo a buscar fazer generalizações, mas priorizar o lugar de cada sujeito, destacamos o amor enquanto uma saída para muitos dos casais mencionados nesta pesquisa. O desejo de

uma filiação singular a partir do amor, como uma tentativa de fazer existir a completude do seu ser.

Cada discurso elucidado nesta pesquisa perpassa o lugar de cada sujeito na sua existência e na sua singular maneira de se haver com o desejo da paternidade. Assim como Freud já nos diz sobre o fato de que não há garantias para o sujeito advindo pela via biológica, tampouco se há para o sujeito adotado. Assim, não há fórmulas que possam designar ou determinar que um sujeito seja filho destes ou daqueles pais, mas sim, um desejo que o nomeie enquanto filho. E nestas buscas do sujeito, “cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz” (FREUD, 1930, p. 41).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção diz respeito às condições em que os direitos da criança e do adolescente já foram violados, em que já foram abandonados precocemente pelos seus genitores ou já estão em abrigos à espera de pais adotivos. Compreende-se que tais acontecimentos podem ter os seus efeitos sobre o sujeito, tanto sobre aqueles que se candidatam a pais, como à criança ou ao adolescente posto em adoção.

Arelado a estas proposições, o presente estudo com os casais postulantes à adoção da Vara da Infância e da Juventude de Campina Grande-PB possibilitou um espaço de escuta à fala destes sujeitos, onde muitos expressaram as suas angústias e puderam falar deste lugar que um filho lhes convoca frente ao enigmático desejo da paternidade, bem como, construir algo deste significante.

Muitos significantes foram atribuídos a este desejo particular da adoção, perpassando questões peculiares dos pares. Foram elucidados elementos que se puderam lançar discussões sobre o feminino, bem como sobre a esterilidade que se mostrou em grande parte dos discursos, embora assumindo um lugar singular na história de cada sujeito e na sua relação com o par.

Surgiram significantes familiares relacionados ao desejo da adoção em algumas falas. Ainda, para muitos casais desta pesquisa, o desejo da adoção apresentou-se como uma possibilidade de fazer existir a paternidade, pelo desejo de construir uma família. Tais aspectos puderam lançar bases para se pensar sobre a condição inerente ao sujeito, na compreensão da psicanálise em Freud e em Lacan - o sujeito marcado pela falta.

Ressaltamos que não nos propomos a buscar conclusões ou resultados passíveis de generalizações, mas escutar na peculiaridade de cada discurso, o sujeito do inconsciente e suas possíveis manifestações entrelaçadas ao desejo da adoção, e assim lançar possíveis debates. Esta singularidade que permeou cada discurso é prova irrefutável do quão o único fator comum a todos estes casais do estudo é que são sujeitos candidatos à adoção e submetidos às leis jurídicas.

A guia de (in)conclusões, ressaltamos que para o sujeito não há garantias, seja este biológico ou adotivo. Neste sentido, não é possível prever o “sucesso” ou o “insucesso” de uma adoção, mas há a possibilidade e aposta em escutar nos discursos dos que se candidatam, o desejo anônimo ou nomeado que perpassa a questão de adotar um filho. Portanto, a adoção torna-se uma possibilidade ao sujeito de (re)construir e (re)inventar a sua trama familiar, conforme o que contingencialmente lhe foi ofertado perante uma decisão judicial. Trata-se do sujeito poder fazer do contingencial, um encontro.

ABSTRACT

The practice of adoption is old institution that permeates the history of mankind. It is ensured by the Brazil's Statute of the Child and Adolescent, Law No. 8.069 of July 13, 1990, which referred to the adoption in order to protect and ensure the right of children to the welfare and living with the family and the community. From this perspective, this article is the result of a field research, qualitative study was carried out with ten couples inscribed in the adoption process in Court of Infancy and Youth in Campina Grande-PB. This study follows the theoretical perspective of psychoanalysis, based on the understanding that every subject is adopted on the desire of parents who choose, elect and name. During the study, there are some explanations on the history of infancy, the adoption in Brazil's Statute of the Child and Adolescent and then discussion of the mother's desire and the father's role in the subjective constitution of the subject and also about the desire to adopt. For analyzing collected data, we used discourse analysis guided by the ethics of psychoanalysis in Freud and Lacan in order to focus on the significant repeated in the speeches. It was found that many significant were assigned to this particular desire of the adoption, permeating on unique issues of the couple. Speeches were elucidated with the possibility of developing discussions about the feminine, as well as sterility, the familiar aspects that permeated some speeches, although assuming a singular place in the history of each subject and its relationship with the couple. Considering this study did not try to get results that can generalize, the uniqueness that permeated every speech is irrefutable proof of how the only common factor to all these couples is that subjects are candidates for adoption and submitted to legal regulations.

Keywords: Adoption; Desire; Psychoanalysis.

REFERÊNCIAS

ABELES, A. et al. Adopção, dispositivo analítico...dispositivo ampliado. In: MILLER, J (Org.) *Carretel: psicoanálisis com niños*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2005, p. 65-72.

ALONSO, S. L. A escuta psicanalítica. *Revista Percurso*, n.1. p. 20-23, 1998.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flakman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 18-61.

ARANTES, E. De “criança infeliz” a “menor irregular” – vicissitudes na arte de governar a infância. In: Jacó Vilela, Ana Maria, Jabur, Fábio e Rodrigues, Hílana de Barros Conde. *Clio – Payché: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999, p. 258.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº. 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990. Publicada no Diário Oficial da União, de 16 de julho de 1990 e retificada em 27 de setembro de 1990.

CALAZANS, R.; SERPA, T. Psicanálise e método científico: pesquisa de campo. In: NETO, F. K.; MOREIRA, J. O. (Orgs.) *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena MG: EdUEMG, 2010, p. 81-98.

COUTO, L. F. S. Quatro modalidades de pesquisa em psicanálise. In: NETO, F. K.; MOREIRA, J. O. (Orgs.) *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade*. Barbacena MG: EdUEMG, 2010, p. 59-80.

DRUMMOND, C. Nominar la adopción. In: MILLER, J. (Org.) *Carretel: psicoanálisis com niños*. Buenos Aires: grama ediciones, 2005, p. 111-116.

_____. A criança objetalizada. *Almanaque online*. ano 1, n. 1, jul.dez., 2007, p. 01-06. Disponível em: <http://www.institutopsicanalisemg.com.br/psicanalise/almanaque/textos/A%20crian%C3%A7a%20objetalizada1.5%20laudadas-.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2014.

FERNANDES, A. H. Trauma e estrutura familiar. *Revista Mal-Estar Subjetivo*, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 313-328, set. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200007&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 24 out. 2015.

FREUD, S. (1909[1908]). *Romances Familiares*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 9).

_____. (1923-1925). *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Sigmund Freud, Obras completas, v. 16).

_____. (1930-1936). *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 39-51. (Sigmund Freud, Obras completas, v. 18).

_____. (1930-1936). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 39-51. (Sigmund Freud, Obras completas, v. 18).

FRYD, A. Um niño es adotado. In: MILLER, J (Org.) *Carretel: psicoanálisis com niños*. Buenos Aires: grama ediciones, 2005, p. 21-27.

GARAVELLI, B. La demanda de adopción: una escucha desde el psicoanálisis. In: MILLER, J (Org.) *Carretel: psicoanálisis com niños*. Buenos Aires: grama ediciones, 2005. p. 35-40.

HAMAD, N. N. *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

LACAN, J. (1966). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 238-324.

_____. (1956-1957). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. (1957-1958). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1969). Duas notas sobre a criança. *Opção Lacaniana. Revista Brasileira internacional de psicanálise*, São Paulo, nº 21, 1998, Edições Eolia, p. 5-6.

_____. (1969-1970). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1972-1973). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

_____. (1984). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LEITE, J. O.; SILVA, A. M. A história da educação do corpo das crianças e jovens à margem: entre permanências e mudanças nos abrigos. In: IV CONGRESSO CENTRO-OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E I CONGRESSO DISTRITAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, *anais...* Brasília, 2010, p. 145-154.

MAGALHÃES, R. R. *Instituição do Direito de Família*. São Paulo. Editora do Direito, 2000.

MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MESGRAVIS, L. A. *Santa Casa da Misericórdia de São Paulo: contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976, p. 178-179 (Coleção Ciências Humanas).

MORAIS, E. *Contexto histórico do código de menores ao estatuto da criança e do adolescente? Mudanças necessárias (?)*. Publicado em 03 de junho de 2009. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/contexto-historico-do-codigo-de-menores-ao-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-mudancas-necessarias/19148/>. Acesso em: 10 out. 2015.

MOURA, D. Maternidade e poder. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. XIII, n. 1-2, p.392-396, mayo-junio, 2013.

PAES, F.F. RUDGE, A.M.; “Está no sangue”: transmissão e psicanálise. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 12, mai-out, 2011. Disponível em: www.isepol.com/asephallus. Acesso em: 05 nov. 2015.

PEREIRA, C. M. S. *Instituição de direito civil: direito de família*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

POLETTI, L. B. A. (des)qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens. In: XI ANPED – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

SILVA, J. A. *Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados*. 2009. 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, R. A assistência caritativa a infância abandonada e desvalida na cidade de São Paulo no século XIX. *Antíteses*, n. 8, p. 968-974, 2011.

SOLER, C. *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

VENÂNCIO, R. P. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

VIEIRA, J. L. *Código de Hamurabi: Código de Mannu, excertos: livros oitavo e nono: Lei das XII Tábuas*. São Paulo: EDIPRO, 1994.

WERNER, A. B. O que a psicanálise pode dizer sobre a adoção de crianças pequenas? In: COLÓQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, São Paulo. 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032002000400002&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 14 out. 2015.

ZULIANI, E. Os hijos de Juanito. In: MILLER, J. (Org.) *Carretel: psicoanálisis com niños*. Buenos Aires: grama ediciones, 2005.